

Política de Privacidade da CENTRAL DE REGULAÇÃO - PI - SESAPI



POLÍTICA DE PRIVACIDADE CENTRAL DE REGULAÇÃO PIAUÍ - SESAPI

INFORMAÇÕES GERAIS

A presente Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais** (Lei Federal n. 13.709/2018) e contém informações sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção dos dados pessoais dos usuários e visitantes do site "<https://regulacaopiaui.saude.pi.gov.br/>", com a finalidade de demonstrar absoluta transparência quanto ao assunto e esclarecer a todos interessados sobre os tipos de dados que são coletados, os motivos da coleta e a forma como os usuários podem gerenciar ou excluir as suas informações pessoais, quando aplicável.

O presente documento aplica-se a todos os usuários e visitantes do site "<https://regulacaopiaui.saude.pi.gov.br/>", de responsabilidade do **Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI**, inscrita no **CNPJ sob o nº 06.553.564/0001-38**, situada na Avenida Pedro Freitas, s/n, bloco A, Centro Administrativo, em Teresina, Piauí.

CONCEITOS IMPORTANTES

Para melhor entendimento desta Política de Privacidade e Cookies, e para fins de garantia dos direitos dos usuários do site institucional da **SESAPI**, consideram-se os seguintes conceitos básicos, relativos à proteção de dados pessoais, conforme a **LGPD**:

- Dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. Exemplo: RG, CPF, nome, endereço, e-mail, idade, matrícula, cookies do site, login e senha;
- Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. Exemplo: exames médicos, atestados, receita médica, prontuário, biometria facial ou digital;
- Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- Titular de dados: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. São os usuários deste site, aqueles que fornecem dados pessoais para a **SESAPI** para obter algum serviço, por exemplo;

- Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Assim, nos termos da Lei, a **SESAPI** figura como Controladora das informações fornecidas pelos cidadãos ao navegar neste site e, por isso, é responsável por definir o tratamento desses dados e assegurar sua proteção.
- Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Aqui será um fornecedor ou um prestador de serviço, por exemplo, e não um servidor da SESAPI;
- Encarregado pelo tratamento dos dados pessoais: pessoa indicada pela **SESAPI**, através da **Portaria 6175/2024**, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 18/11/2024, para atuar como canal de comunicação entre este, os titulares dos dados e a **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**, sendo o **Sr. Charles Porto Silva**, e canal de atendimento disponível nos links <https://site.saude.pi.gov.br/> e <https://portal.pi.gov.br/sesapi/>.
- Tratamento de dados pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**: órgão da administração pública federal integrante da Presidência da República e, a despeito de ser órgão, os membros de seu Conselho, embora designados pelo Presidente da República, têm mandato e somente o perderão em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar, o que reforça a autonomia técnica da autoridade.

TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS REALIZADO PELA SESAPI

Durante a utilização do serviço digital da SESAPI, com o objetivo de conferência, monitoramento e controle, poderá haver o tratamento de diversos dados pessoais, com vistas a garantir a prestação de serviços de qualidade, além de uma experiência positiva durante o acesso do usuário.

Diante disso, segue abaixo uma amostra das finalidades para as quais os dados pessoais poderão ser utilizados:

Dados cadastrais:

- Para viabilizar a prestação de diferentes serviços disponíveis em nossa plataforma digital;
- Para contactar o usuário, quando necessário. Esse contato pode contemplar diversos assuntos como, situações de alertas de desempenho, dúvidas sobre os comentários inseridos, respostas a requerimentos anteriores;
- Para auxiliar no diagnóstico e solução de problemas técnicos;
- Para desenvolver novas funcionalidades e melhoramento da experiência do usuário com os serviços disponíveis; e

- Para auxiliar nas análises que possam ser utilizadas para proteger sua conta e aumentar o nível de segurança dos dados cadastrais ou, ainda, atuar na prevenção de possíveis fraudes.

Dados de navegação:

- Para viabilizar a prestação de diferentes serviços disponíveis na plataforma digital da SESAPI;
- Para auxiliar no diagnóstico e solução de problemas técnicos; e
- Para desenvolver novas funcionalidades e aprimorá-las, melhorando a experiência com os serviços disponíveis.

Dados sensíveis:

- Para permitir a execução do serviço pretendido;
- Para aperfeiçoamento de políticas públicas; e
- Para adaptação da solução às características sociais.

Sempre que necessário, a **SESAPI** poderá compartilhar os dados pessoais fornecidos pelo usuário com instituições de controle, prestadores de serviço ou parceiros, para fins de execução das atividades acima exemplificadas ou outras necessárias ao atingimento da finalidade pretendida.

Desse modo, cumpre observar o resumo dessas hipóteses:

- Prestadores de serviço: para que disponibilização dos serviços com qualidade, conta-se com a colaboração de diversos prestadores de serviços, os quais tratam os dados pessoais coletados em nome desta Secretaria e de acordo com as respectivas instruções;
- Autoridades: pode haver o compartilhamento de dados pessoais a partir do surgimento de uma ordem judicial, solicitações de autoridades administrativas com prerrogativas legais de acesso, obrigação legal ou regulatória, execução de políticas públicas, bem como para agir de forma colaborativa com autoridades.

Cumprido destacar que todos os dados pessoais serão compartilhados em observância às normas e, caso seja necessário, será solicitada a manutenção do sigilo dos referidos dados através de um Termo de Sigilo.

DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As crianças e adolescentes devem ter resguardados e promovidos, em caráter prioritário, os direitos fundamentais e as garantias que são previstas não só no art. 5º, como também no art. 227 e seguintes, da **Constituição Federal**.

Conceitualmente, o art. 2º do **ECA**, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, sendo consideradas, contudo, incapazes pelo Direito Civil, o que leva à exigência de que os seus interesses jurídicos, sejam de natureza patrimonial ou existencial, se concretizem por meio de representação ou assistência dos pais, tutores ou representantes.

É por isso que o artigo 14 da **LGPD** sujeita o tratamento dos dados ao princípio do melhor interesse da criança ou do adolescente, exigindo o consentimento específico e destacado de pais ou responsáveis de crianças, e impedindo o condicionamento da presença online ao fornecimento de mais dados que o necessário.

Desta forma, quando o tratamento de dados de crianças e adolescentes se der com base no consentimento, este deve ser claro e específico, dado por um dos pais ou representante legal.

No contexto da SESAPI, são tratados dados pessoais de crianças e adolescentes para fins de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, bem como para execução de políticas públicas.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Caso você venha a compartilhar conosco informações pessoais que têm proteção especial sob a **Lei Geral de Proteção de Dados** (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), denominadas "dados pessoais sensíveis", o uso de tais informações será feito de acordo com a legislação aplicável, para finalidades específicas e necessárias e nunca para finalidades discriminatórias ilícitas ou abusivas.

DO ARMAZENAMENTO E DA SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A SESAPI armazenará de forma segura os dados fornecidos em data centers hospedados na ETIPI, sendo adotadas as técnicas de proteção dos dados pessoais coletados contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Em especial, o **Decreto Estadual nº 22.249/2023** (Política Estadual de Segurança da Informação - POSIC) e seus preceitos são respeitados, procedendo a capacitação das equipes nos aspectos de segurança da informação e promovendo a ampla publicidade das normas internas.

Ressalta-se, contudo, que nenhuma plataforma é completamente segura, devendo o usuário guardar a devida precaução e, no caso de suspeita de que os seus dados estejam em risco, deve entrar em contato por meio do Encarregado pelo tratamento dos dados pessoais da SESAPI.

Os dados pessoais do usuário poderão ser mantidos durante todo o período que o serviço estiver sendo prestado. Após, é possível o armazenamento dessas informações por um período adicional para fins de auditoria, possibilitando a execução de políticas públicas, o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, razão pela qual a retenção dessas informações deverá ocorrer por tempo superior ao atendimento ou prestação do serviço, limitando-se aos prazos estabelecidos na legislação aplicável.

Esta retenção está de acordo com o artigo 16 da LGPD. Após o término do tratamento dos seus Dados Pessoais, eles serão devidamente eliminados, o que ocorrerá quando for verificado:

- Que a finalidade pela qual os dados foram coletados foi alcançada ou que os Dados Pessoais coletados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- Que houve a revogação de consentimento pelo seu titular, quando esta for a única base legal aplicável; ou
- Em virtude de determinação legal, judicial ou de ordem de autoridade administrativa competente.

DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS COM TERCEIROS

O compartilhamento dos Dados Pessoais servirá para os propósitos estabelecidos nesta Política de Privacidade.

Os dados pessoais coletados e armazenados através deste site poderão ser compartilhados, com terceiros ou com órgãos do executivo, legislativo e judiciário (das esferas federal, estadual e municipal), para a prestação de um serviço público, para cumprimento de obrigação legal ou regulatória ou para execução de políticas públicas.

Em tais casos, serão adotadas as medidas apropriadas, para garantir a segurança das informações pessoais e evitar a sua alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado.

DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

O usuário deste site e dos serviços disponibilizados pela SESAPI poderá exercer os direitos sobre seus dados pessoais, previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sendo estes:

confirmar se a SESAPI trata seus dados pessoais;

- acessar os dados pessoais tratados pela SESAPI;
- revogação do consentimento, na situação em que foi dado o consentimento para uso do seu dado pessoal, bem como obter informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável;
- corrigir dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados. Por exemplo: se você mudou o endereço, telefone ou e-mail, pode solicitar essa atualização cadastral;
- manifestar oposição ou restrição ao tratamento dos seus dados pessoais, quando for realizado em desacordo com os requisitos da LGPD;
- solicitar a eliminação dos dados pessoais, caso seja possível;
- obter informação sobre as hipóteses legais em que seus dados estão sendo tratados;

- obter informações com que instituições, públicas ou privadas, seus dados pessoais são compartilhados. Por exemplo: para garantir uma política pública, a SESAPI compartilha seus dados com o Ministério da Saúde.

Todas as solicitações serão apresentadas de forma gratuita, dentro do prazo estipulado na Lei, devendo, para o seu fiel cumprimento, ser submetido a uma previa avaliação da identidade e da viabilidade do atendimento.

Qualquer dúvida sobre o exercício dos seus direitos, pedimos que entre em contato com o Encarregado pelo tratamento dos dados pessoais deste órgão através dos canais de atendimento: <https://site.saude.pi.gov.br/lgpd> e <https://portal.pi.gov.br/sesapi/lgpd/>.